



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: CELSO GIANNAZI / LUANA ALVES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/09/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, cumprimento a todos e declaro abertos trabalhos da audiência pública para tratar do PL 47/2021, São Paulo é Solo Preto e Indígena. Esse projeto, de autoria da Vereadora Luana Alves, com coautoria das Vereadoras Erika Hilton, Silvia da Bancada Feminista e dos Vereadores Professor Toninho Vespoli e Carlos Bezerra Jr., dispõe sobre a substituição de monumentos, estátuas, placas e quaisquer homenagens que façam menções a escravocratas e higienistas.

Eu informo que esta reunião está sendo transmitida no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* auditoriosonline/auditorio. Informo também que as inscrições para o pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 16 de setembro de 2021, no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes>.

Para esta audiência pública foram convidadas as Secretarias Municipais de Educação e de Cultura; o Departamento do Patrimônio Histórico, em nome da Sra. Licia Mara Alves de Oliveira, Diretora do Departamento do Patrimônio Histórico e da Sra. Alice de Almeida Américo, Coordenadora do Núcleo de Monumentos e Obras Artísticas; a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania; o Sr. Abilio Ferreira, do Instituto Tebas; a Sra. Cássia Caneco, do Instituto Pólis; Instituto Vladimir Herzog; o Coletivo Zumbi Resiste; a Sra. Regina Lucia dos Santos, Coordenadora Estadual do MNU-SP, da Marcha das Mulheres Negras; o Sr. André Felipe, da Escola de Samba Vai-Vai, composta também pelo Mestre Dinho Nascimento; a Sra. Ivone Pankararu; o Sr. Ricardo Freitas, da Rede Emancipa; e a Sra. Raquel Rolnik, Professora.

A SRA. CASSIA QUEIROZ – Meu nome não foi citado, Cassia Queiroz, historiadora e Mestre em Gestão de Patrimônio e Educação Patrimonial.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Desculpe-me, Sra. Cassia.

Para dar início a nossa audiência pública, com o encaminhamento do PL 47/2021, eu convido a nobre Vereadora Luana Alves, autora do projeto, para que faça a coordenação da Mesa e a chamada das pessoas que se inscreveram pelo *site*, para a gente ter essa dinâmica

dessa audiência pública, muito importante. Já parablenizo V.Exa. por ter proposto esse debate aqui na Câmara Municipal. Seja bem-vinda, e passo a palavra para V.Exa., nobre Vereadora.

- Assume a presidência a Sra. Luana Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Muito obrigada, meu colega, Vereador Celso Giannazi. Gostaria de agradecer a presença de todos nesta audiência. É um momento bastante importante para esse projeto. A gente sabe que esse projeto não é simplesmente sobre monumentos e sobre patrimônio, apesar de passar por isso. É um projeto que fala sobre memória, justiça racial na cidade de São Paulo, território, ocupação dos territórios e a história das populações negras e indígenas na cidade de São Paulo.

Então, é um projeto bastante amplo. Acho que todos puderam ter acesso ao substitutivo do projeto, que coloca os aspectos educativos, educacionais e culturais do projeto, porque ele tem implicações também nas políticas públicas de Cultura e de Educação, além das políticas ligadas, enfim, das decisões urbanísticas da Cidade.

Então, gostaria, sem mais delongas, de já passar a palavra para os convidados e convidadas. Também queria anunciar a presença de outros Vereadores. Eu sei que a Vereadora Natalia, da Bancada Feminista, está presente. Há mais algum Vereador ou alguma Vereadora presente, para que eu possa fazer o anúncio? (Pausa)

Eu queria saber também se há alguém já da Secretaria de Cultura ou da Secretaria de Educação, para que eu possa passar a palavra antes. (Pausa) Como não há ninguém dessas duas secretarias, vou passar a palavra já para a nossa lista de convidados e convidadas.

O SR. RAFAEL – Nobre Vereadora, aqui é o Rafael, da Secretaria da Comissão. Só quero avisar que a Secretaria de Cultura mandou um *e-mail*, dizendo que não vai poder vir.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - É uma pena.

Então, a gente segue a nossa audiência pública.

Tem a palavra a Cassia Caneco, do Instituto Pólis.

A SRA. CÁSSIA CANECO – Muito obrigada. Bom dia a todas as pessoas

presentes. Eu gostaria de agradecer o mandato da Luana Alves pelo convite desse importante projeto. Eu sou pesquisadora do Instituto Pólis, uma organização que há 34 anos trabalha para a construção de cidades mais justas, igualitárias e sustentáveis.

Em junho de 2020, o Movimento Black Lives Matter protestava contra a brutalidade policial. Fez uma associação entre a violência física, que matou George Floyd, com autorização para o interrompimento de corpos negros, dada pelas homenagens a opressores que estão postas nos espaços públicos. Essa relação acabou por encorajar uma série de questionamentos, derrubadas e remoção de estátuas ao redor do mundo; e aqui, no Brasil, não foi diferente. Muitas ações que falavam sobre os monumentos, começaram a ser, de novo, visibilizados, e a gente tem discutido isso a partir de então.

Antes de seguir, eu preciso dizer que nós também, Instituto Pólis, achamos que monumentos são importantes e são feitos por transmitir a memória de um povo as suas gerações futuras. Mas é importante que a gente se pergunte, com frequência, se esses monumentos ainda são válidos, porque a sociedade muda e, com ela, mudam também os seus valores. A monumentalização não é a única maneira de a gente documentar a história.

Em instâncias municipal e estadual, dentro e fora de São Paulo, muitos projetos de lei, a partir dessa situação, foram protocolados, com a intenção de proibir a homenagem a personagens e eventos históricos ligados à prática escravista.

Diante disso, nós, no âmbito do projeto Direito à Cidade de Todas as Cores, desenvolvemos a pesquisa Presença Negra nos Espaços Públicos, com a intenção de subsidiar discussões em torno dessas iniciativas.

Provocados por Paulo Freire, que nos dizia "que a leitura do mundo precede a leitura da palavra" nós queríamos saber que mundo a gente estava construindo para ser lido; quais são as histórias que as cidades contam; e, para isso, fomos estudar os 368 monumentos da cidade de São Paulo, com dados coletados na plataforma Geo Sampa. E aí nós classificamos essas obras em: gênero, raça, tamanho, composição, além de dedicar um tempo ao estudo de suas biografias. O que nós constatamos é que o racismo estrutural reservou um

espaço da memória pública de menos de 3% para homenagens a pessoas negras e indígenas nos monumentos da Cidade.

E aí, longe de valorizar a história desses povos, essas imagens retratam, muitas vezes, figuras subalternizadas, ou seja, em proporções diminuídas, se considerarmos, por exemplo, a homenagem a Marighella de 1m de altura é completamente díspar do monumento às Bandeiras, que tem 50m de comprimento por 12m de altura.

Os distritos da Cidade que mais têm monumentos estão localizados na região central; são melhor servidos de equipamentos e serviços; e é onde as populações negras e indígenas são removidas a todo tempo, isso para não deixar memória, mas também de maneira física, elas são despejadas e impedidas de acessar através do preço proibitivo do uso da terra. E daí, morar nas periferias não faz com que essas pessoas não sejam impactadas cotidianamente, com a reverência aos assassinos de seus antepassados.

Sendo assim, em todos os seus dias, em seus fluxos diários, sejam para o trabalho, para o estudo, para o lazer, as pessoas são informadas sobre quanto a Cidade pertence a elas e sobre quais lugares elas devem ocupar.

Senhores, já estou encaminhando para o final, mas quero dizer ainda que, de acordo com os dados da SP Trans, de 2017, passavam todos os dias 60 mil pessoas pelo corredor mais movimentado da Cidade, que é o Santo Amaro-Nove de Julho, que é justamente onde se encontra a estátua do Borba Gato, recentemente incendiada pelo coletivo Revolução Periférica.

Quero dizer ainda que o Departamento do Patrimônio Histórico que, aliás, já está aqui presente, anunciou, durante a Semana de Valorização do Patrimônio, a instalação de 5 novas estátuas de personalidades negras importantes para a construção da Cidade, como a Carolina Maria de Jesus - que até geraram filme -, mas, queríamos destacar que ainda faltam homenagens, claro, essas já planejadas precisam ser comemoradas, são muito importantes, mas temos um caminho muito grande até que consigamos resolver a questão da proporcionalidade, em relação a gênero, raça, sexualidade.

E, em relação às imagens que representam violência, nada foi feito, nada foi dito ainda. Então percebemos uma insistência nas narrativas de contar a história de uns sobre outros, que vai servindo para garantir a manutenção do poder, o acúmulo dos privilégios, de um grupo sobre o outro, que é o que estávamos dizendo do acesso da terra, por exemplo.

Portanto, é muito urgente que iniciativa como essa, do PL São Paulo é Solo Preto e Indígena, aconteçam, pois ela presta um serviço muito grande além de indicar que as cidades não contem histórias únicas, que elas não engrandecem seu passado de violência, mas que elas considerem a contribuição dos povos historicamente subalternizados para a construção da cultura e riqueza dessa grande cidade que é São Paulo.

Todas as pessoas têm o direito de se verem representadas de maneira física e simbólica na memória do chão onde pisam. É por isso que essas iniciativas discutam a representação da história pública que reivindicam narrativas, lugares e memórias, são importantes também dentro das casas legislativas, por exemplo, que é tão hostil aos pardos, negros, às mulheres cis e trans, LGBT QI+ e PCDs.

Por fim, quero dizer, e agora finalizando de verdade, que a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, nos seus artigos 1 e 2, diz que todas as pessoas são responsáveis pela Educação: o governo, a família, a escola, organizações sociais, portanto, peço que todas as pessoas que nos ouvem hoje, também às que nos assistem, que é preciso reformar o potencial educador da Cidade.

Lembro-me que a cidade de São Paulo é signatária da Carta das Cidades Educadoras e que uma cidade educadora tem o objetivo permanente de desenvolver integralmente a vida dos seus habitantes; de promover condições de plena igualdade, para que todas as pessoas possam se sentir respeitadas e serem respeitadoras, sem exclusão.

Em Memórias da Plantação, a autora Grada Kilomba fala que o colonialismo, este que tanto nós homenageamos nas nossas cidades é uma ferida que nunca foi tratada; uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra.

O que esperamos é, com a aprovação do PL 47/2021, de autoria da Vereadora, que

todas essas ações possam nos ajudar a construir um caminho de cura, que possamos contar de um território sem traumas.

Eu volto a agradecer a oportunidade. Espero que tenhamos um ótimo debate no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Muito obrigada. Voz fortíssima, muito potente sua fala.

Sra. Alice, do Departamento de Patrimônio Histórico estava *on-line*, mas acho que a conexão caiu. Eu pensei em passar a palavra, agora no início, antes do Abílio, para a Natália Chaves, que é Covereadora da Bancada Feminista. Por favor.

A SRA. NATÁLIA CHAVES - Bom dia. Obrigada, Vereadora Luana. Bom dia a todos os presentes nesta audiência.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. NATÁLIA CHAVES - Olá! Posso continuar?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Pode continuar, por favor, rapidamente, para sua saudação.

A SRA. NATÁLIA CHAVES - Nosso mandato tem muito orgulho de ser coautor desse projeto de lei que é essencial para nossa cidade. E, como a Luana falou, é uma reparação histórica para pessoas negras, indígenas, com educação, arte e cultura.

Acho que é muito importante o Instituto Polis estar aqui, porque como a Cassia falou: é uma pesquisa fundamental que mostra essa sub-representação de pessoas negras e indígenas em monumentos.

Também os movimentos sociais de juventude têm feito muitas intervenções que trazem como essas violências aparecem também em nomes de ruas e avenidas, e a mesma sub-representação acontece nesse sentido. E não temos visto esse retorno sobre o que fazer com esses monumentos e nomes que são violentos para nós, negros e indígenas.

Então é muito importante que nós fortaleçamos esse projeto para que ele seja aprovado e sancionado pela Prefeitura, para conseguirmos continuar nossa luta por justiça

racial em São Paulo.

Agradeço a oportunidade e que tenhamos uma boa audiência. Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Natália, pelas suas palavras, pelo apoio também.

Passo a palavra agora ao Professor Abilio Ferreira. (Pausa)

- Ruído na gravação.

O SR. ABILIO FERREIRA - Olá. Minha conexão está horrível pelo computador, vou tentar entrar pelo celular. Vocês me ouvem bem? (Pausa)

Vereadora, agradeço passar a palavra a outra pessoa, enquanto tento a conexão pelo celular, pois pelo *notebook* está muito ruim.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Sem problemas. Aguardamos, sim.

Vou passar para o próximo da lista que é o Lucas, do Instituto Vladimir Herzog, que também está conosco nesse movimento São Paulo Solo Preto e Indígena, representando, aqui, o Instituto. Lucas, a palavra é sua.

O SR. LUCAS PAOLO VILALTA - Oi Luana, bom dia a todos e todas presentes. É um privilégio, um prazer poder estar aqui com vocês e fazer o uso da palavra para defender esse projeto tão importante para a gente no Instituto Vladimir Herzog.

O Instituto tem por missão defender a democracia e preservar a memória. Temos percebido e aprendido cada vez mais no Instituto que preservar a memória significa, na história nacional, estudantes de todas as faixas etárias, de pessoas de todos os lugares poderem conhecer personagens importantes para história de País, violações que ocorreram na história do País, como o caso do Vladimir Herzog brutalmente assassinado pela ditadura.

Porém, precisamos ampliar a memória e a história desse País e nesse sentido esse projeto é fundamental. Vivemos hoje no País - e o Instituto Vladimir Herzog tem tentado com o projeto, por exemplo, Territórios da Memória fazer frente a isso que acontece. Vivemos no País uma espécie de situação na qual a memória quando é a memória de pessoas brancas e de certa elite cultural, é uma memória que tem que ser reconhecida e faz parte de uma identidade

que é socialmente partilhada e reconhecida e valorizada pelo Estado.

Então, é claro, por exemplo, que no País não se aceitaria, não se aceita quando se faz ameaças, quando se fala de questões que afetam a memória dos judeus, por exemplo. Agora, por que é tão aceita na cultura do nosso País que a memória do povo preto e dos indígenas seja uma memória que deve ser resguardada no escaninho do lugar das memórias individuais? Então, a situação que a gente vive hoje no País é a situação de que a gente até autoriza a construção de memórias e identidades do povo preto, do povo indígena desde que isso esteja resguardado no sentido de construção de pequenos grupos e indivíduos.

Quanto que a gente tem que falar é que a memória é sempre uma dimensão coletiva de construção de identidades e pertencimento. Então, para que este País possa ser um País cujas identidades e pertencimentos dos povos indígenas seja possível, precisamos de uma memória que seja uma memória coletiva valorizada, como coletiva, dos povos pretos e indígenas. Por isso que essa situação que foi dita que anteriormente tem que mudar radicalmente e a gente precisa entender que a memória negra e indígena na Cidade é uma questão de todas as pessoas. Ela é uma questão de ampliação da nossa participação da sociedade.

A memória não pode ser entendida - e a gente traz isso no Instituto Vladimir Herzog - como algo que pertence a certo grupo social. Falamos de memória, verdade e justiça no País como se falássemos da classe branca, e classe média que foi torturada, perseguida durante a ditadura. E os milhares de camponeses, indígenas que foram torturados e perseguidos durante a ditadura? E o movimento negro que foi sistematicamente perseguido durante a ditadura? Quando a gente pergunta muitas vezes por que o Black Lives Matter teve tanta repercussão e a gente pergunta sobre movimento negro no País, a gente precisa falar o que acontece no País e a força que o movimento negro tem no País é na contramão de uma perseguição sistemática que ocorreu na ditadura.

Só vamos conseguir ter transformação da história deste País que não faz que a gente não tenha um Presidente genocida que faz apologia a torturador quando a gente ampliar

o que a gente entende por memória e quando a gente entender que a nossa memória - de todas as pessoas - tem que ser também uma memória preta, uma memória indígena.

Para isso, essa iniciativa do mandato, esse projeto de lei é um aspecto fundamental de reconstrução da sociedade de São Paulo e da reconstrução da memória de nós, cidadãos, da cidade de São Paulo.

Então, pelo Instituto Vladimir Herzog, queria muito felicitar e conclamar para que a gente tenha esse projeto aprovado, porque ele é um primeiro gigante passo para gente reconstruir a memória desta Cidade do jeito que essa memória precisa ser: coletiva, preta e indígena.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Lucas.

É um primeiro passo gigante. É exatamente isso. Nosso processo é muito longo, mas também a gente veio de muito longe.

Queria saber se a Alice, do Departamento de Patrimônio Histórico, conseguiu se conectar. Sei que ela tinha conseguido, mas acabou caindo. (Pausa)

Professor Abilio. Abilio, sua conexão está boa para falar, dar uma palavrinha? (Pausa). Acho que não.

Vou chamar o André Felipe, da Escola de Samba Vai-Vai.

O SR. ANDRÉ FELIPE - Muito obrigado. Bom dia a todos e a todas, aos Vereadores e aos colegas que vão discursar. É um prazer enorme estar nesta Casa discutindo esse projeto tão importante para gente representando a escola mais antiga em atividade na Cidade e no Estado de São Paulo que a Escola de Samba Vai-Vai, que nasceu em 28 e foi registrada em 1930.

É uma escola puramente negra e de matriz africana. É uma escola preto e branca que carrega a força do Estado de São Paulo e negros que vieram no interior para cá. Como parte dessa resistência, como parte dessa memória viva que se mantinha até alguns meses atrás da rua, a gente acha fundamental a elaboração de projetos e iniciativas como esta.

Ouvimos o pessoal do Instituto Pólís falando sobre as iniciativas de monumentos e até chegamos a fazer uma conversa com a Secretaria Municipal de Cultura porque a proposta deles é que o monumento, a homenagem ao Geraldo Filme, ficasse na quadra da Escola de Samba Vai-Vai. E aí a nossa posição foi que o Geraldo Filme, além de ser importante para memória do sambista, para memória da Escola de Samba Vai-Vai, ele é importante para o movimento negro de São Paulo.

Então, essa homenagem e essa posição têm de ser muito maior do que a posição que ele teria dentro da Escola de Samba. A visibilidade tinha de ser maior. Até indicamos um lugar para que se colocasse, no Bixiga, mas no fim ele vai ser instalado no Largo da Banana também, que é significativo para a memória do samba de São Paulo.

Então, dito isso e corroborando com a ideia do enredo que a escola apresentou para o Carnaval de 2022 que chama Sankofa, a gente não poderia estar mais feliz de poder ser signatário da assinatura deste movimento e poder compor, porque a gente está buscando nessa ideia do Sankofa olhar para o passado, buscar a nossa força junto à comunidade Ganesa, inclusive em São Paulo, para poder projetar esse futuro da escola de samba e encaminhar para o centenário dela.

Então, queria agradecer a Luana, agradecer por poder participar representando a Escola de Samba Vai-Vai e pontuando a importância que tem esse projeto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, André.

Máximo respeito pela Escola de Samba Vai-Vai, a mais antiga de São Paulo.

Queria passar aqui a palavra. Iria passar a palavra a Regina, do Movimento Negro Unificado, mas vi que o meu camarada, meu amigo Vereador Eduardo Suplicy está presente. Se V.Exa. quiser fazer uma saudação.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Vereadora Luana, estou chegando de um compromisso. Ouvi parte da exposição, e prefiro falar daqui a pouco. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Tranquilo. Vou passar a palavra para a

Regina, do Movimento Negro Unificado.

A SRA. REGINA LUCIA DOS SANTOS – Na verdade, na pessoa da Vereadora Luana, quero cumprimentar todas, todos e todes os presentes. Quero dizer da importância para o Movimento Negro Unificado a aprovação desse projeto. Acho que esse projeto tem uma extrema complexidade do ponto de vista da memória do povo negro, porque é um momento de resgate da memória de negros indígenas desta cidade, que sempre tentaram apagar. Mas é também a colocação dos territórios negros, em especial os periféricos, como sujeitos de ser solo de São Paulo, de ganhar reconhecimento e importância.

Esses territórios construídos cotidianamente pela população brasileira e são enxergados pelo Poder Público como não passíveis, não merecedores de atenção da chegada de serviços públicos, em especial os chegados à cultura, à preservação dessa construção cotidiana.

É um PL que permite uma amplitude imensa do ponto de vista do resgate da memória, mas também do ponto de vista da colocação da existência de uma memória que é ignorada. E que a memória da construção desses espaços periféricos, que são uma construção negra e indígena.

Então eu acho que é muito necessária a aprovação desse projeto e muito necessário com esse olhar. Nós reivindicamos a história em todos os espaços construídos por negros e indígenas. Nós reivindicamos essa memória, não só nos espaços que estão nos anais da história, apesar de omitindo a construção negra e indígena, mas nos espaços que não estão nos anais da história e que tenha a contribuição da nossa construção cotidiana, um fazer a história do povo desta cidade.

Isso é de suma importância, assim como é de suma importância reconhecer o centro cultural da Cidade Tiradentes, a Casa de Reza do Jaraguá. É de suma importância reconhecer a trajetória dos negros e dos indígenas em Guaianases. Enfim, é de suma importância reconhecer todas essas histórias que são construídas cotidianamente.

E quando o território está nas franjas da cidade, ele não é visto como um território

passível da chegada de políticas públicas e em especial, nesse caso do projeto, da área de arte, cultura, da memória. Nós não temos implementação de serviços públicos nesses territórios, nessas áreas por conta do não reconhecimento da construção histórica que fazemos todos os dias nesses espaços.

Eu queria agradecer muito e dizer que Suplicy, Luana e outros tantos são nossos parceiros na luta, que é da população negra e da população indígena da cidade de São Paulo. É necessário que a gente se apossa da história negra e indígena no solo desta cidade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Maravilha. Muito obrigada, Regina. Excelente como sempre a sua participação, muito forte a sua fala. A gente sabe que pensar sobre a nossa história, sobre a nossa memória no território é sobre pensar o futuro, que tenha menos apagamento e menos exclusão.

Quero saber se o Ricardo Freitas, da Rede Emancipa, de Educação Popular, está presente. Passo a palavra ao meu camarada Ricardo Freitas e depois ao meu colega Eduardo Suplicy.

O SR. RICARDO FREITAS – Oi. Sou Ricardo, da Rede Emancipa e primeiro quero dizer da nossa tamanha alegria de participar desta audiência pública com tanta gente boa e tendo a Luana Alves como autora de um projeto tão significativo para nós. A Luana é nossa camarada, é parte da Rede Emancipa.

Dentro da Rede, a gente fala que somos do movimento negro, porque se olharmos para as escritas e os escritos dos cursinhos populares, somos mais de 60% entre negras e negros. Esse é um dado interessante e também por isso esse foi um dos primeiros projetos que a Luana apresentou.

A gente vem reivindicar como esse projeto é importante e estamos nos territórios, e nos territórios periféricos da cidade de São Paulo. Estamos presentes em diversos deles, para citar alguns: no Grajaú; no Jardim Jaqueline, que era a base militante da Luana Alves; em Perus e por várias regiões da cidade de São Paulo.

Aproveitando que Paulo Freire já foi citado, acabou de completar 100 anos, a gente acredita que o mundo é inacabado, assim como ele defendia. E se ele está inacabado, a gente pode criar outras referências na cidade. A cidade de São Paulo está assentada em cima do racismo, por isso reivindicamos a formação do racismo estrutural que o Silvio Almeida, por exemplo, escreveu em seu livro. E se o racismo é estrutural, ele atravessa todas as instituições, as formas de organizações sociais e a própria cidade.

Por isso a cidade de São Paulo é cheia de símbolos racistas, tanto que não existe representação do seu povo. A gente acredita que esse projeto tem uma importância para além do simbólico, tem importância para toda a comunidade de negras, negros e indígenas que vivem e construíram a cidade de São Paulo.

Acho que a gente tem que derrubar esses símbolos do racismo e colocar outros muito mais importantes, como o da Carolina de Jesus, da Dandara e do Zumbi dos Palmares. Essa referência da negritude nunca foi colocada nesse espaço de poder, principalmente no Centro. Na Rede Emancipa, a gente tem costume de fazer muito trabalho de campo no Centro, leva a periferia ao Centro para conhecer onde estão concentrados os museus, os cinemas. Por isso a gente sempre leva os nossos alunos para lá. E a gente tem dificuldade em se reconhecer nesta cidade. Então para que a gente possa se reconhecer e possa criar outra simbologia, é necessário criar outras referências.

E para finalizar, acho que não foi à toa que a pessoa que foi lutar fisicamente contra esse símbolo tenha sido o Paulo Galo, porque ele representa o que é essa cidade de São Paulo, alguém que está na ponta da exploração do trabalho não representado em nenhum lugar, que corre a cidade de São Paulo no frio, na chuva, maltratado por empresas de aplicativos. Tinha de ser alguém como ele, que tentaria fazer um ato como aquele. Então gostaríamos que pessoas como o Paulo Galo tivessem voz e vez, e tivessem no centro desse símbolo de São Paulo.

Quero agradecer a oportunidade de poder contribuir com o debate. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Ricardo, meu companheiro,

Dirigente da Rede Emancipa de Educação Popular, que tenho muito orgulho de também fazer parte.

Pergunto à Secretaria da Comissão se já chegou alguém de alguma das duas Secretarias que convidamos, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

O SR. RAFAEL - Não, Vereadora, não estou vendo ninguém se identificando como representante de nenhuma dessas Secretarias.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Tudo bem, sem problemas, aguardamos e lembramos que uma audiência pública é um espaço que tem parlamentares, sociedade civil e também representantes do Poder Executivo. E esses representantes foram convidados e convidadas, espero que nos próximos minutos consigam chegar, porque uma audiência só é completa se pensamos as políticas públicas em conjunto, não só o Legislativo, os mandatos, mas também que se consiga pactuar e ter compromissos com a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Educação.

Tem a palavra o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Quero cumprimentá-la, Vereadora Luana Alves, tanto pela iniciativa desta audiência, como pela iniciativa do PL 47/2021, que dispõe sobre a substituição de monumentos, estátuas, placas e quaisquer homenagens que façam menções a escravocratas e higienistas.

Avalio que se trata de uma proposta que faz sentido, justamente procura resgatar toda a batalha que se faz ainda tão necessária para que venhamos a instituir aqueles programas, projetos de política econômica e social que possam reverter as consequências de mais de três séculos de escravidão no Brasil, da qual foram vítimas os afrodescendentes, os africanos que aqui chegaram, e muitos indígenas também. Por isso, este é um projeto que tem tanto a ver para os afrodescendentes, quanto para os indígenas que estavam desde antes da chegada dos portugueses.

Ficarei honrado, Vereadora Luana Alves, se puder requerer coautoria no projeto de

lei de sua assinatura, porque estou persuadido diante desses últimos acontecimentos de que se trata de um projeto de bom senso e a cidade de São Paulo merece que tenhamos aqui um sinal de grande respeito para todos os que sofreram com a escravidão no Brasil. Portanto, Vereadora Luana Alves, se V.Exa. autorizar gostaria de ser coautor do projeto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sim, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, obrigada por seu apoio, vou ficar muito feliz por ser coautor desse projeto. É importante que todos saibam disso, aqui na Câmara Municipal um Vereador, um gabinete, pode propor um projeto e outros Vereadores serem coautores caso apoiem o projeto.

Fico muito feliz com essa manifestação de apoio de coautoria, meu colega Suplicy, porque sabemos que esse assunto não é uma pauta apenas dos mandatos de pessoas negras e indígenas, é uma pauta de bom senso como V.Exa. disse. É uma pauta de todos que tenham um compromisso antirracista na cidade de São Paulo e o maior número possível de Vereadores que queiram assinar é excelente, porque sabemos que não é uma tarefa só das pessoas negras e indígenas combaterem o racismo. Não fomos nós que criamos o racismo, não fomos nós que criamos a escravidão, não fomos nós que criamos a colonialidade. É uma luta conjunta conseguirmos pensar políticas públicas nesse aspecto. Fico muito feliz que o Vereador Suplicy esteja conosco nisso.

Vou perguntar mais uma vez se algum representante da Secretaria Municipal de Cultura ou de Educação conseguiu se conectar?

O SR. RAFAEL - Não, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sem problemas. A Raquel Rolnik já entrou?

O SR. RAFAEL - Não entrou.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – A Cintia, da Marcha das Mulheres Negras já está presente?

A SRA. CASSIA QUEIROZ – Vereadora, meu nome é Cassia Queiroz, estou

inscrita.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Estou passando para os convidados inscritos, ao final serão as pessoas inscritas.

A SRA. CASSIA QUEIROZ – Ok. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Ivone Pankararu está presente, Rafael?

O SR. RAFAEL – Não está presente, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sem problemas. Quero saber se o Abilio, do Instituto Tebas, conseguiu se conectar à internet.

O SR. RAFAEL – Ele não está na sala, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Acho que teve problema de conexão. Tudo bem. Vou chamar a Regina, do Movimento Negro Unificado, para falar mais algumas palavras, porque sei que ela vai ter de sair em 15 minutos, gostaria muito de escutá-la mais.

Antes de passar para a Regina, queria destacar, parabenizar o dia de hoje, dar um salve no dia de hoje, dia 27, Dia de São Cosme e Damião, dia dos Erês, salve todas as crianças, salve as nossas tradições negras e indígenas.

Regina, podemos te ouvir um pouco mais já que você vai ter de sair?

A SRA. REGINA LUCIA SANTOS – Peço desculpas, porque vou ter de me ausentar antes do término, mas é que surgiu uma consulta médica hoje, fui a uma perícia no sábado e surgiu uma consulta médica de emergência.

Mas quero dizer de como é necessário que a gente se empenhe. Infelizmente a Secretaria de Cultura e de Educação não estão, mas acho que é necessário que a gente remeta as falas e as discussões com essas Secretarias, porque a gente tem de precisar o quão é necessário que a gente faça esse resgate.

E, no final de semana, a gente teve uma notícia muito importante diante desses tempos tão ruins: a mudança do nome da rua Dr. Celso Fleury para rua Frei Tito, na Vila Leopoldina, na minha querida zona Oeste. Essa foi uma iniciativa não para o resgate da memória negra e indígena, mas para pensar a equidade, sem a sanha que nos invisibilizou a

participação desses povos na construção da Cidade.

Eu queria muito ver isso acontecendo em São Paulo inteira e dando os nomes dos bairros, de centros culturais, das ruas, das praças, das avenidas, a quem construiu, de fato, essa história; em especial, na periferia da Cidade, que são territórios eminentemente negros e indígenas, como o bairro do Jaraguá ou mesmo as terras indígenas da zona Sul, para homenagear os indígenas, que têm parte principal na construção daqueles territórios.

O mesmo acontece com Guaianases, na zona Leste; e Cidade Tiradentes, na zona Leste, que eles chamam de “pequena África paulista”. E nem é preciso fazer estatística, nem censo, para identificar aquele território de construção cotidiana da população negra. Portanto, seria de suma importância que as escolas tivessem nomes das pessoas que construíram aquele território e que ainda constroem os territórios da Cidade.

A história tem de fazer justiça com a memória da nossa participação na construção do solo de São Paulo, e eu costumo dizer que os negros têm um papel de extrema importância na expansão das fronteiras da urbanidade na Cidade, porque quando as franjas se expandem eles são expulsos daquele lugar, abrem outras franjas e assim que se deram alguns territórios de São Paulo: o negro levou uma construção cotidiana, que fez com que aquele território se valorizasse e se expandisse para vendê-lo.

Se considerar bairros como: Liberdade, Bixiga. Depois, para expansão: Bairro do Limão, Casa Verde, e assim por diante. Estamos hoje no Morro Doce, em Perus, Cidade Tiradentes, extremo da zona Sul, extremo da zona Leste; esses territórios são construídos cotidianamente pela população negra. Por isso, é necessário que a gente faça justiça, que os monumentos, as escolas, os logradouros públicos, tenham o nome da população negra e indígena.

Agradeço a participação nessa discussão. Que a população negra, o movimento negro, lute pela construção de um território mais justo, mais solidário, menos racista, menos machista e menos excludente. É por isso que a gente acha de tal importância a nossa participação em apoio ao PL da Vereadora Luana, também do Vereador Eduardo Suplicy.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Sra. Regina. A gente sabe que esse debate vem de muito tempo, de muitas décadas, que se fala das homenagens que representam a nossa opressão, a nossa exploração; e a gente sabe que é muito tempo sem políticas públicas para isso.

Passo a palavra ao Sr. Abilio Ferreira, do Instituto Tebas.

O SR. ABILIO FERREIRA – É uma briga aqui, viu. Temos esse desafio também de ter uma internet estável para participar do debate.

Eu queria começar dizendo do significado da participação do Instituto Tebas no processo de construção deste PL, pela própria presença do Tebas na Cidade, do Joaquim Pinto de Oliveira; e não só o indivíduo, o negro escravizado, o negro Arquiteto Joaquim Pinto de Oliveira, mas da própria alegoria da palavra Tebas.

Conforme levantamos recentemente e como já havia sido sinalizado pelo Geraldo Filme, em 1992, ou a partir da pesquisa que se fez para elaborar o seu samba para a Escola de Samba Paulistana da Glória, em 1974; Tebas é uma palavra de origem quimbundo e também de origem tupi, que remete a excelência com que uma pessoa executa as tarefas que propõe executar.

Isso tem tudo a ver com a construção de uma cidade como São Paulo, tem tudo a ver com a participação de cada pessoa na elaboração desta cidade, no sentido concreto e simbólico, de maneira que este projeto de lei se conecta a essa tradição e chama a atenção para algo muito importante, que é essa conexão entre Secretaria de Cultura, que é responsável pelo Departamento de Patrimônio Histórico, e a Secretaria de Educação.

Vejam o exemplo das cinco estátuas anunciadas recentemente, instaladas na Cidade, ou mesmo a ideia de se substituir ou suprimir monumentos na Cidade. Nenhuma dessas ações, seja a supressão de monumentos ou a instalação de novas estátuas, serão o suficiente para superar o racismo e a desigualdade se não houver um processo educativo. O próprio ato de atear fogo na estátua da Borba Gato só teve potência porque gerou o debate.

Esse processo de escolha das pessoas a serem homenageadas por essas estátuas e a escolha dos locais onde elas serão instaladas careceu de um debate mais amplo, por exemplo. O próprio processo de participação popular gera aprendizado, gera um processo pedagógico para toda a cidade e para aquelas pessoas que participam. Por isso, quero destacar que o PL – e essa é a razão por que apoiamos a sua aprovação –, no seu art. 1º, abre dizendo o seguinte: “O Município adotará como princípios educacionais e de manutenção do seu patrimônio histórico e cultural”. E aí elenca uma série de princípios que serão adotados conforme esse PL. Isso é fundamental: princípios educacionais de manutenção do seu patrimônio histórico e cultural. Essa é a razão pela qual apoiamos esse PL. E comemoramos o fato de estarmos tocando aqui esse debate. Esperamos avançar nisso. Eu acho que através dessa lei que tende a ser aprovada, porque é uma lei de bom senso, que vai, certamente, sensibilizar os parlamentares e as parlamentares da Casa. Nós devemos conseguir grandes avanços para o combate ao racismo e à desigualdade na cidade de São Paulo.

Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Maravilha. Eu que agradeço, Abílio. Eu acho que a sua fala foi excelente. Lembrando que, inclusive, o substitutivo desse projeto não foi uma construção simplesmente do meu gabinete, foi uma construção a muitas mãos, com muitos corações, muitas cabeças, porque é uma construção de muito tempo. Nós temos muito orgulho de sermos um instrumento legislativo para colocar na Câmara Municipal de São Paulo esse PL, que é uma construção que inclusive na sua própria redação teve muita gente colaborando, muita gente escrevendo, muita gente pensando, teve muita gente exatamente colocando a dimensão que ele tem que ter. Para além de ser um regramento de patrimônio, de monumentos, de símbolos, ele é uma política pública que passa por educação, que passa por cultura, e que vai falar o quanto a nossa memória, a memória da nossa contribuição, da nossa central contribuição para esse país, tem que estar muito bem colocada.

Lembrando que esse projeto já foi aprovado em primeira votação. Agora estamos na fase de audiências públicas, porque temos a intenção de aprová-lo em segunda e vê-lo

sancionado pelo Prefeito de São Paulo.

Estamos em diálogo também, como eu já conversei com vocês, com a Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Educação, porque a nossa intenção é que esse projeto, justamente por ter sido construído por muitas mãos e muitos pés, não seja uma letra morta, que seja de fato uma política implementada. E que ele seja sancionado de uma forma também coletiva. E que consigamos, a partir do comitê que o próprio projeto prevê – um comitê com participação da sociedade civil –, pensar essa memória racial na cidade por meio de uma ação conjunta entre o Poder Público e a sociedade civil organizada. Isso é excelente.

Eu quero então falar para todo mundo que nós já estamos na fase de pessoas inscritas aqui na nossa audiência.

Eu vou passar os nomes das pessoas que se inscreveram tanto pelo *link* da Câmara quanto pelo *chat*. Vou querer inclusive confirmar quem está presente.

Emerson Martins Nogueira, Márcia Fonseca Simões, Christian Silva Martins de Mello Sznick, Douglas Garcia, Edson Salomão, Douglas Nascimento, Bruna Torlay, Cássia de Freitas, Raphael Fellipe Nascimento Santos, Lucimeire Barbosa Figueiredo, Sérgio Luiz de Camargo Bueno, Jerson César Leon Alves, Simone Nascimento, Ana Laura Cardoso, Laísa Stroher e Tiago Castro.

A SRA. CASSIA QUEIROZ – Vereadora, meu nome foi lido errado, é Cassia Queiroz.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Cassia Queiroz, bacharel e licenciada em História, mestrado em Gestão do Patrimônio (Ininteligível) Ambiental?

A SRA. CASSIA QUEIROZ – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Perdão, Cassia. É que estava Cassia “de Freitas” aqui na lista que me passaram.

A SRA. CASSIA QUEIROZ – Sem problema. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Douglas Gonçalves da Rede Emancipa, que também está presente.

Eu vou alternar as falas entre o pessoal que se inscreveu via site, via chat, o que também é possível, para prosseguirmos. A ideia é que os inscritos tenham quatro minuto de fala. É um tempo menor que os convidados, mas é para conseguirmos terminar a audiência em tempo hábil. Eu vou ser um pouco mais restrita com o tempo justamente por conta do período da audiência.

Sr. Emerson Martins Nogueira está presente? (Pausa) Bom, aparentemente não está presente.

A Sra. Bruna Torlay tem a palavra.

A SRA. BRUNA TORLAY – Em primeiro lugar, queria elogiar a atitude do gabinete, de todas as pessoas que ajudaram na construção do PL, porque de fato são muitas pessoas que integram a tessitura de uma história. E há figuras evidentemente que não estão representadas na cidade. Então a ideia de incluir essas pessoas é absolutamente legítima. E nesse sentido, em primeiro lugar, eu registro elogio. E eu vim a esta audiência justamente motivada pelos comentários que eu li ao PL, de muitas pessoas que entendem que, se a ideia é homenagear justamente a participação dessas pessoas que foram excluídas pelos contadores dessa história da formação da cidade de São Paulo, não faz sentido derrubar uns para substituir por outros. Por quê? Porque o embate dessas pessoas também é mais valorizado ainda se aqueles a quem eles se opuseram permanecerem.

Então o que eu acho complicado no PL, e não falo por mim, falo por uma parte grande da sociedade, do Município de São Paulo, é que a substituição de monumentos não é uma política inclusiva, pois, para ser inclusiva, pressupõe a destruição, o que me parece absolutamente desnecessário. E também me parece que desvaloriza o tipo de símbolo que está associado a uma pessoa que não somente participou da construção da cidade como numa condição de que não fazia parte dos registros históricos. Então é muito mais importante essa pessoa estar representada sem que aqueles que já são consagrados e que todo mundo conhece sejam derrubados. Se substituirmos os monumentos, nós não temos a história completa, nem a história completa da dor daquelas pessoas, que merecem ser incluídas na

representação da cidade. E quando excluimos da história, derrubamos da história, a dor do ser humano, sobretudo, do ser humano que, graças a várias formas de opressão, teve dificuldade de se evidenciar e estão sendo resgatados de maneira justa, se tiramos essa dimensão, nós desvalorizamos o papel que eles desempenharam na história.

Então digamos que alguns símbolos sejam considerados ofensivos porque representam racismo etc. Eles devem permanecer porque a história não pode ser esquecida. Se vamos falar de perseguição a uma pessoa ou outra, a um grupo ou outro, perseguição de minorias, a partir do momento que você apaga aqueles que são entendidos como forças opressoras – eu estou usando o vocabulário que eu li no PL –, qual é a valorização da força daqueles que resistiram? Perdemos essa dimensão. Então é absolutamente legítimo, não tenho dúvida, incluir pessoas, figuras simbólicas que representem aqueles que não se veem na cidade em locais de destaque – temos muitos locais de destaque –; mas, a partir do momento que fazemos isso substituindo, nós fazemos com que eles próprios percam a dimensão da dificuldade que foi conviver nessa cidade e fazer parte dela.

Então, não mostramos o devido respeito – eu entendo – pela dignidade dessas pessoas. Nesse sentido, substituir envolve destruir para incluir. Isso me parece absolutamente desnecessário. Incluir é necessário; substituir é perigoso. É isso que eu gostaria de dizer, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, pela sua participação. Agora, eu vou passar para a Simone Nascimento e, depois, para a Cassia Queiroz.

A SRA. SIMONE NASCIMENTO – Bom dia, Vereadora Luana Alves, a todas, todos e todes, é um prazer estar nesta audiência. Eu Simone Nascimento, também faço parte da Coordenação Estadual do Movimento Negro Unificado, componho o mandato da Vereadora Luana Alves e, também, a elaboração desse projeto e movimento São Paulo é solo preto e indígena, que tem sido construído por muitos coletivos, movimentos, entidades, que debatem há muitos anos na cidade de São Paulo a importância de a história acompanhar a sua evolução.

Eu queria dizer que o PL “SP é Solo Preto e Indígena” acompanha debates internacionais que estão sendo feitos em todo o mundo e a sua aprovação pode significar à cidade de São Paulo sendo um lugar fundamental para a toda a América Latina de reconstrução e construção de políticas públicas em cima de um debate que foi feito na Espanha, em Bristol, com a derrubada de uma estátua, na Colômbia quando Cristóvão Colombo caiu, no Chile com uma série de estátuas sendo questionadas, feita nos Estados Unidos, ou seja, esse é um debate que precisa ser acolhido nas Assembleias e nas Câmaras Legislativas, e precisam ser construídas políticas públicas, que deem resposta a um anseio muito antigo. Há movimentos como, por exemplo, o Instituto Tebas, movimento da Capela dos Aflitos, do Zumbi Resiste e de tantos coletivos que, a partir da sua alta organização, têm feito mudanças locais, mas que podem construir uma mudança de política pública.

É nesse sentido, Bruna, que o Solo Preto e Indígena diz que queremos, inclusive, contrapor narrativas, as estátuas a narrativa. As estátuas que forem permanecer em seus lugares podem ser, inclusive, plaqueadas, numa perspectiva educacional em que contém o que significa aquele monumento. Mas também precisamos debater se a cidade precisa continuar fazendo exaltação a símbolos e pessoas que propagaram morte e destruição a gerações. Existem descendentes dessas pessoas. Inclusive, em países como a Alemanha que viveu o Holocausto, esse é um debate muito mais perceptível porque é um debate não negro, um debate branco, um debate que se entende o que significa para aquelas gerações a continuidade daquela narrativa genocida. É por isso que o debate também fala de simbologias ligadas ao nazismo, porque nós estamos falando não só da população negra e indígena, mas, falando de crimes contra a humanidade, e qual era o tempo histórico que justificava aquele tipo de monumento e qual a evolução política da humanidade que vivemos hoje.

Tenho reconhecido que a aprovação desse projeto de lei na Câmara Municipal, de autoria da Vereadora Luana Alves e de outros tantos Vereadores de esquerda e não porque é uma pauta que relaciona a questão do direito aos Direitos Humanos, à educação, à representatividade, à questão urbana na cidade de São Paulo, pode servir, inclusive, para

inspiração para todas as outras cidades do Brasil e também para outros países do nosso Continente, porque tem sido um debate. E a Câmara Municipal precisa refletir os debates da sociedade civil. É a isso que o projeto se propõe.

Nesse sentido, eu acho que é positivíssimo que estejamos realizando uma audiência numa Comissão de Educação, porque o PL vai resgatar a necessidade de implementarmos e avançarmos questões fundamentais como o acesso ao ensino negro e indígena. E a cidade, como foi falado anteriormente por outra convidada, tem um papel de educador, de contar uma história, de construir narrativas e de contar o que está acontecendo naquela memória territorial. É nesse sentido que eu vejo que é fundamental a disposição do MNU em continuar participando de todas as audiências, continuar fazendo com que seja um movimento permeado por todos os debates de memória antirracismo na cidade de São Paulo. Que vá reconhecendo esses frutos como tem sido a luta para reversão do nome Liberdade Japão, na Praça Liberdade, que apaga uma memória ligada à história originária daquele território, assim como reconhece o avanço na tramitação pela mudança da Rua Jorge Velho para Zumbi dos Palmares e que também vai ser um grande avanço de todas as iniciativas de forma muito coletiva quando houver esse processo que torne esse debate numa lei e não, numa vontade de cada Governo ou de cada período, mas algo que permaneça na memória da cidade como um avanço em todas as áreas e todas as Secretarias.

Agradeço e passo para os próximos inscritos. É muito importante esta audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Antes de passar para a Sra. Cassia, eu vou repassar a lista de pessoas inscritas tanto no *chat* quanto no *link* da Câmara. Se possível, confirmem suas presenças no *chat* também: Emerson Martins Nogueira, Marcia Fonseca, Christian Silva Martins de Mello, Douglas Garcia, Edson Salomão, Douglas Nascimento, Bruna Torlay – que já fez a sua fala – Cassia Queiroz, Raphael Fellipe do Nascimento Santos, Lucimeire Barbosa Figueiredo, Sérgio Luiz de Camargo, Jerson Cesar Leão, Simone Nascimento – que também fez a fala –, Ana Laura Cardoso, Tiago Castro, Douglas Gonçalves e Diogo Dias.

Como eu falei para vocês, pessoal, para conseguirmos garantir a fala de todos, vou alternar entre os inscritos do *site* e do *chat*. Agora, é a Sra. Cassia Queiroz, depois a Sra. Ana Laura Cardoso.

A SRA. CASSIA QUEIROZ – Em primeiro lugar, parabéns, Vereadora e a todos por trazerem esse tema, que acho que é riquíssimo e necessário falarmos da educação e da cultura das nossas crianças, daquilo que é a nossa memória, porque é a nossa memória que faz a nossa identidade, seja com dores, seja com prazeres e alegrias. A nossa história é composta por uma série de personagens que, a princípio, podem até não serem agradáveis a nós, mas eles têm o seu lugar na história, apagar a história é apagar a nossa memória; um povo sem memória não constrói a sua identidade, o seu futuro; não mostra para as próximas gerações quem somos nós.

Então, eu quero fazer a memória do Cacique Tibiriçá que é o grande fundador de São Paulo; a filha dele Bartira casada com Zé Ramalho, primeiro português que pôs os pés no Brasil, nessa nação, nação dos Guaianás e de tantas outras tribos, casou-se com Bartira e teve vários descendentes; depois, vieram os Jesuítas, Pedro Dias, e o Cacique Tibiriçá pediu ao Bispo que liberasse Pedro Dias para se casar com sua filha Terebê. É dessa linhagem que vem Borba Gato. É da linhagem de Suzana Dias, neta do Cacique Tibiriçá, do qual eu descendo que vem toda a primeira, segunda e terceira gerações de bandeirantes.

Eu ouvi aqui falando de indígenas e negros, que acho louvável e tem seu espaço, seu lugar, mas esquecendo dos mestiços. Como mestiça, eu peço, Vereadora, junto com sua equipe, que inclua a nação mestiça dentro do seu PL porque nós fomos excluídos no seu PL. Eu peço, por favor, que inclua placas explicativas como acabou de dizer, achei fantástico, placas explicativas de quem era aquela pessoa, de quem ela descende e pôr a grande nação mestiça deste País que foi, que está sendo esquecida.

Para você ver, o Cacique Tibiriçá foi enterrado, está na cripta da Praça da Sé, na Catedral da Sé, com honrarias de chefe de estado. Descendem do grande Cacique Tibiriçá pessoas ilustres como a Rainha Silvia da Suécia, o escritor Bernardo Élis, o cantor Léo Jaime,

o maestro Joaquim Jayme e a escritora Ligia Fagundes Teles, só para citar alguns deles que se espalharam nesta maravilhosa nação mestiça. Então, trago aqui à inclusão da nossa nação mestiça, da qual eu descendo e tenho muito orgulho. Eu acho que não temos de excluir, temos de incluir. Acho que temos de incluir estatuas e não tirar aqueles mestiços que construíram esta Cidade maravilhosa, incrível, que mora em meu coração, que é São Paulo.

Eu acho que é só falar dos bandeirantes, de quê bandeirantes? De André Fernandes, Baltasar Fernandes, Domingos Fernandes, filhos de Suzana Dias, neta do Cacique Tibiriçá. Eles foram os que estraram em Minas e em Goiás.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Muito obrigada. Bom, gente, está tendo muitas discussões, vou evitar falar entre as falas, vou deixar para falar mais ao final. Mas queria lembrar que as placas explicativas nos monumentos são parte da redação do PL. Quem leu o PL sabe que as placas explicativas são uma das propostas colocadas.

A SRA. CASSIA QUEIROZ – Só falei das placas explicativas sem esquecer da nação mestiça. Desculpe, se eu não fui tão clara.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, depois eu comento a sua fala. Vou passar para a próxima inscrita, que seria Ana Laura, mas eu soube que a Cinthia Gomes, da Marcha das Mulheres Negras, que estava entre as pessoas convidadas, conseguiu entrar agora na audiência. Gostaria de saber se a Cinthia Gomes gostaria de fazer uso da palavra. Vou pedir para você falar quatro minutos dessa vez por conta do número de pessoas inscritas. Obrigada.

A SRA. CINTHIA GOMES – Obrigada, Luana. Está me ouvindo, Vereadora?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sim.

A SRA. CINTHIA GOMES – Boa tarde a todas, a todos e todes. Boa tarde, Vereadora Luana Alves, não sei se o Vereador Eduardo Suplicy ainda se encontra na audiência, mas quero cumprimentar todas as autoridades institucionais e as autoridades que não necessariamente fazem parte da instituição, mas que são autoridades no assunto que a

gente está tratando. E dizer que é uma alegria estar ao lado de pessoas como Abílio Ferreira, como a Regina Lúcia, como a minha companheira Simone, do MNU e da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo.

Dizer que estou aqui representando, estou com duplo pertencimento, eu represento a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo e também o gabinete, o mandato da Vereadora Erica Hilton, que é coautora desse projeto de lei tão necessário, tão importante para a cidade de São Paulo, que é o SP é Solo Preto e Indígena.

Dizer também que estou um pouco perplexa com algumas falas de pessoas que se inscreveram para se pronunciar sobre o tema, para se colocarem nesta audiência pública. Vou ser breve porque têm muitas pessoas inscritas para falar.

Dizer que São Paulo é a maior cidade negra fora da África. São Paulo é a cidade que tem a maior população negra do Brasil, São Paulo é uma cidade mais negra do que Salvador. Salvador é a maior cidade negra em termos relativos, não sei se 80%, 90% da população soteropolitana é negra, mas aqui em São Paulo nós temos o maior número de pessoas negras, são três milhões, é a maior cidade negra fora da África, só perde pra Lagos, Nigéria. E por que, geralmente, não sabemos disso? Porque São Paulo também é uma cidade que se esforça para apagar essa memória negra, para não reconhecer a civilização...

Perdão, entrou uma chamada inoportuna, no meio da minha fala, mas já retornei.

Então, é pra dizer que São Paulo é uma cidade que se esforça para apagar essa memória negra, é uma cidade que não se orgulha da contribuição dos saberes, da cultura, da educação, das civilizações africanas para a construção do nosso projeto de nação. Então é extremamente oportuno e necessário projetos como o SP é Solo Preto e Indígena, que pretende corrigir o erro histórico que há na cidade de São Paulo ao se prestar homenagens a pessoas que a historiografia oficial atribui nomes bonitos, uma trajetória heroica, mas que, na verdade, foram pessoas que mataram outras pessoas, dizimaram a população indígena e mataram, escravizaram, estupraram pessoas negras em território brasileiro. E a partir dessas práticas, de roubo, de estupro, de assassinato foi construída a colonização brasileira, e

também o mesmo no território paulista e paulistano.

Então, manter essas estátuas é reverenciar essa memória, é homenagear essas figuras, é reconhecer como legítima essa história, e vou falar “história” entre aspas porque, no mínimo, é uma história parcial para não dizer tendenciosa, para não dizer mentirosa em muitos momentos. Em momentos passados nós, que sempre fizemos parte da história, estivemos muito pouco com a força da instituição ao nosso lado. A gente não estava nas academias, a gente não estava como autores e autoras de livros, a gente não estava como legisladoras. Por isso, a história foi contada dessa forma, não foi contada a partir da nossa perspectiva, a partir do nosso ponto de vista e a partir da nossa contribuição. Agora, a partir do momento em que adentramos esses espaços, não podemos tolerar que essas mentiras históricas sejam perpetuadas.

É muito importante que a Vereadora Luana Alves e todas as outras pessoas, instituições que estão apoiando esse projeto, façam esse trabalho. Esse trabalho vem na esteira, vem na continuidade de um anseio muito antigo do movimento negro. Estão aqui pessoas que estão nessa luta há mais tempo que eu, há mais tempo que nós, eu e Luana - que temos mais ou menos a mesma idade, acho que sou um pouco mais velha - têm pessoas que já estão há muito tempo fazendo esse debate, e é uma honra para nós podermos continuar com essa construção, com essa trajetória.

Então, parabéns à Vereadora Luana Alves, muito prazer em rever os colegas nessa telinha, e espero que as pessoas que tiveram aqui falas equivocadas, um pouco absurdas, até evocando ideias muito superadas, como o mito da democracia racial, mestiçagem, etecetera, recomendo um pouco de estudo e de atualização sobre o tema porque tudo isso já foi superado, existem outras discussões em pauta, e é sobre isso que estamos falando aqui.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Cinthia, pela sua contribuição.

Vou passar a palavra para o Christian Silva Martins de Mello Sznick. Está presente? Manifestou-se no *chat*, mas não tenho certeza. (Pausa) Christian? Tinha se manifestado no

chat, mas acho que deve ter caído. Sr. Emerson Martins Nogueira, não sei se o senhor está em condições de fazer a sua fala neste momento. Vou passar então para mais uma pessoa que sei está presente, Sra. Laisa Stroher, que eu sei, é do Casa da Cidade e que está também substituindo a Prof. Raquel Rolnik.

A SRA. LAISA STROHER – Primeiro, Vereadora Luana Alves, obrigada, quero saudar a todos e todas. Queria dizer que sou professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, também participo do LabCidade, como pesquisadora.

Queria colocar que todo apoio do LabCidade, coordenado pela Professora Raquel Rolnik e Paula Santoro, a esse movimento ao PL SP é Solo Preto e Indígena, somos signatários da carta que apoia o PL.

Eu queria muito celebrar este espaço democrático de debate, de explicitação dos conflitos a respeito desse tema, porque eu acho que esse é muito o espírito de SP é Solo Preto e Indígena, que tem no seu cerne a ideia de que as homenagens na Cidade, aos diferentes grupos sociais, devem ser debatidas democraticamente.

A gente vem de uma história que naturalizou, que tivemos a construção de monumentos, de estatuais, a proteção de certos bens arquitetônicos, materiais e imateriais. Isso não passa por uma ampla discussão democrática num espaço como este, em diferentes forças, diferentes vozes.

Quando o PL “SP é Solo Preto e Indígena” veio e fala que a gente nos convoca, enquanto sociedade, a pensamos juntos o que fazer sobre uma cidade que tem uma super-representação de determinadas figuras, de determinados grupos sociais e etnias, principalmente figuras da elite branca. O que dizer de uma cidade que tem uma super-representação da elite branca nos seus monumentos, sendo que muitos desses homenageados não só são apenas figuras da elite branca, mas também muitas delas atentam contra a memória negra e indígena.

Esse PL nos convoca para, a partir de agora, termos de abrir espaços democráticos e conversar juntos o que fazer com isso. É sobre isso. O PL não fala, ele não traz uma única

solução que diz: amanhã a gente vai começar a demolir todas essas estátuas que atentam contra a memória negra e indígena que, em alguns casos, pode ser sim.

Eu acho que a destruição é pedagógica. Alguns países já escolheram essa solução em algumas situações. Vamos lembrar um dos casos emblemáticos e pioneiros na Cidade do Cabo, onde havia ali a imagem de um colonizador britânico, o Cecil John Rhodes. A comunidade acadêmica e a comunidade local acharam que sim. Discutiram coletivamente e, coletivamente, acharam que a melhor opção seria a retirada da estátua, porque um colonizador branco não representava a universidade, a qual esse homenageado estava à frente.

Mas não é sobre isso este PL. Este PL fala que para cada uma dessas situações a gente vai procurar decidir conjuntamente qual é a melhor solução, que será desde uma retirada até a inclusão de elementos pedagógicos que contem para a sociedade os motivos pelo qual essa pessoa é homenageada, mas também as contradições do homenageado. Por exemplo, que revele para a sociedade os crimes contra a humanidade e contra os povos negros e indígenas que aquele homenageado cometeu.

Quero fechar reafirmando meu total apoio e o acerto do PL quando coloca a questão pedagógica e democrática no centro da questão.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Professora Laisa.

Vou repassar a lista das pessoas inscritas tanto no site da Câmara Municipal, quanto no *chat*. Quem estiver presente, por favor, mande um pontinho no *chat*. Emerson Martins Nogueira, Marta Fonseca Simões, Christian Silva Martins de Mello Sznick, Douglas Garcia, Edson Salomão, Douglas Nascimento, Bruna Torlay, Cassia Queiroz, Raphael Fellipe Nascimento Santos, Lucimeire Barbosa Figueiredo, Sérgio Luiz de Camargo Bueno, Jerson César Leão Alves, Simone Nascimento, Ana Laura Cardoso, Laisa Stroher, Tiago Castro, Douglas Dias.

Quem estiver presente, agradeço mandarem um sinal de vida no *chat*.

Vou passar a palavra ao Tiago Castro, vejo que está *on-line*.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Pela ordem, prezada Presidente Luana Alves. Gostaria de dizer que a minha equipe já informou que, na última quinta-feira, através do SP Legis, já está a minha assinatura como coautor do seu projeto. Então, toda força.

Parabéns a você a todos os que estão apoiando, trazendo argumentos importantes para que o projeto possa ser logo apreciado e aprovado nos próximos dias.

Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Vereador Eduardo Suplicy, para mim é uma honra tê-lo como coautor desse projeto. Agradeço muito.

Passo a palavra para o Sr. Tiago Castro.

O SR. TIAGO CASTRO - Boa tarde a todos e a todas. Sou Tiago, membro da Rede Emancipa de Educação Popular, professor de geografia e faço parte da equipe da Vereadora Luana Alves.

Gostaria de saudar este espaço, a importância desta audiência pública. Saúdo o Movimento SP é Solo Preto e Indígena, cada coletivo, cada instituto, professores, estudantes, militantes do movimento negro e do movimento que busca resgatar a memória da cidade de São Paulo.

Gostaria de reafirmar que uma sociedade que não conhece a sua história, não pode superar seus traumas, nem construir o seu futuro.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

O SR. TIAGO CASTRO - Peça para o Vereador Suplicy para desligar o microfone, por favor. (Pausa) Perfeito.

O projeto de lei que foi impulsionado a partir do movimento SP é Solo Preto e Indígena, logo no começo do ano, as articulações e discussões passam por um processo importantíssimo de a gente minuciosamente pensar no processo de memória e patrimônio histórico da Cidade. Passa pelo olhar aos currículos escolares, passa por um olhar sobre os monumentos, nomes de ruas, aquilo que tem de representação e homenagem, a história

contada pela cidade de São Paulo.

Dizer que no PL e suas proposições apontam e afirmam a necessidade de criação de comissões que avalizem aquilo que é necessário ser contextualizado, aquilo que, na nossa opinião, é necessário ser suprimido.

Lembrando que, assim como já foi colocado, na Alemanha rolou um processo minucioso de contextualização e de resgate da memória da violência do nazismo, para que isso nunca mais aconteça.

Quando a gente trata de retirada, sim, defender a retirada de monumentos que refletem figuras escravocratas, eugenistas e violentas aos nossos olhos e aos nossos corpos, negros e indígenas, eu gostaria de fazer um paralelo. Imaginem vocês levantarmos uma estátua do Hitler em Higienópolis, o quanto não seria violento para a população judia da cidade de São Paulo, para essa memória.

A importância de nós revisarmos e montarmos uma equipe vinculada ao Departamento de Patrimônio Histórico, à Secretaria de Educação e à Secretaria de Cultura, para que nós pensemos o que deve ser contextualizado, suprimido e alterado enquanto nomes de rua, viadutos e o que traz a memória opressora na cidade de São Paulo.

Sim à reversão disso, colocando a menção e história dos nossos heróis, colocando a menção e a história daqueles que construíram a cidade, com suas mãos, com suas forças. Isso está calcado e colocado, sim, a partir da memória negra e indígena da cidade de São Paulo. Eu acho que há um grande avanço desse processo para que possamos, sim, avançar nesses debates e avançar no significado daquilo que está construído na cidade.

É isso. Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada. Gostaria de passar para o próximo inscrito, que é o Sr. Douglas Gonçalves, lembrando que temos uma lista de inscritos. Eu já fiz a leitura. Quem estiver presente, por favor, manifeste-se no *chat*. Eu acho que o Sr. Christian estava presente. Se puder se manifestar no *chat*, para eu poder chamá-lo, eu agradeço.

O SR. DOUGLAS GONÇALVES – Boa tarde, gente. Meu nome é Douglas. Eu sou historiador pela UFRJ e sou educador popular e comunicador da Rede Emancipa, que é um movimento social de educação popular que vem construindo há 15 anos resistência e poder nas periferias de todo o Brasil.

Vou fazer um breve comentário sobre algumas das experiências que temos no mundo e que têm a ver com o debate sobre memória, reparação, Justiça e justiça de transição, também, que é um debate levantado a partir do holocausto. Contudo, eu queria começar dizendo que, ainda que nós quiséssemos, não é possível apagar a história, porque a história, a partir da narrativa, é uma forma utilizada pelos poderosos para a invisibilização, mas os marcos da violência colonial e da violência capitalista, também, que forjam a nossa sociedade, como estamos e somos no mundo, dizem para além da narrativa. Então, não é possível apagarmos a história. Ainda que nós tirássemos todas as estátuas de monumentos racistas, as queimássemos e destruíssemos, não seria possível apagar a história, porque a história marca e forja como nós estamos hoje no mundo, como a nossa sociedade hoje é construída, na forma como ela é, no modo como ela é dividida, no modo como a relação centro-periferia existe. Ainda que o PL se propusesse a destruir as histórias do colonialismo, as histórias dos bandeirantes, isso nunca seria possível.

Entretanto, não é disso que o PL trata. Trata-se de trazer uma discussão e tentar possibilitar o debate que já acontece em muitos lugares do mundo e em muitos momentos da história, não só na Capital paulista, não só no Estado de São Paulo, mas também no Brasil. A Vereadora Luana Alves reflete sobre o Município de São Paulo, mas o próprio PL “SP é Solo Preto e Indígena” reflete e inspira, também, outras iniciativas no Brasil.

Eu acho que é interessante fazermos esse esforço de recapitular outras experiências que aconteceram e têm acontecido na história. Falaram, aqui, da experiência do holocausto. Há o debate sobre justiça de transição que aconteceu a partir do Tribunal de Nuremberg, após o holocausto. Esse é um debate bastante interessante, porque existem experiências em muitos dos países do terceiro mundo que passaram por regimes de opressão,

por regimes de endurecimento, como são os regimes coloniais, como são as ditaduras e como foi a nossa ditadura militar. Existe um debate amplo no direito, na história, no patrimônio, nas ciências sociais, que faz com que esse debate possa ser feito, sim. O debate da justiça de transição é o debate em que se percebe quais são as consequências que esse regime causou na sociedade como um todo, na formação das cidades, da educação, dos currículos escolares, de professores e dos profissionais. Percebe-se como esse regime incide e tem consequências drásticas sobre tudo isso. É algo que precisa ser revisto. Então, é muito positivo o legado do Tribunal de Nuremberg. A partir do holocausto, traz para nós e para a sociedade – não só a brasileira, mas a de todo o mundo – justamente o debate sobre justiça de transição.

Recentemente, com as grandes passeatas que aconteceram a partir do assassinato brutal de George Floyd nos Estados Unidos, houve, já, a iniciativa de se remover a estátua de Robert Lee, que é um dos confederados. Nos Estados Unidos, existem muitas estátuas dos confederados, que, na época, eram os agrários escravagistas que defendiam e utilizavam do regime da escravidão para lucrar e para construir o seu poder político nos territórios. A Prefeita da Cidade do México, recentemente, teve a iniciativa de substituir a estátua de Cristóvão Colombo pela de uma mulher indígena. Há, também, uma iniciativa acontecendo na Alemanha e em Portugal, que é o ReMapping Memories, feito pelo Instituto Goethe, para repensar sobre as memórias pós-coloniais dos dois países. Então, é importante pensarmos que esse debate não é um debate que acontece hoje. É um debate promovido pelos movimentos sociais e que tem criado raízes na institucionalidade, para fazer valer, para fazer acontecer de verdade.

No Brasil – em especial, em São Paulo –, a maior expressão, hoje, desse debate, está sendo o PL do movimento “SP é Solo Preto e Indígena”, construído a partir de uma iniciativa do mandato da Vereadora Luana Alves, mas, principalmente, a partir do acúmulo de muitos dos movimentos negro-indígenas e não apenas eles, mas também os movimentos de periferia, os movimentos de cultura, os movimentos acadêmicos, de professores, de pesquisadores, de juristas, que têm muito respaldo. Deveria ser aprovado por todos aqueles Vereadores que, independentemente de ser de esquerda ou de ser de direita, lutam e

defendem uma cidade igualitária para todos. Não estamos falando de uma cidade para um grupo ou para outro grupo, mas para todos. Então, que seja muito positivo o aceite dos Vereadores, assim que o PL voltar à Casa para votação.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Sr. Douglas Gonçalves. Eu gostaria de chamar, seguindo nossa lista de inscritos, o Sr. Emerson. Se não estiver presente, se não estiver em condições de falar, eu vou pedir para que seja removido da sala, porque me parece que está sem condições de fazer a fala neste momento. Sr. Emerson? (Pausa) É isso? Bom, o Sr. Emerson estava sem condições de falar. Então, acredito que foi removido da sala.

Seguindo a nossa lista, eu vou chamar o Sr. Diogo Dias.

O SR. DIOGO DIAS – Olá. Boa tarde para todo mundo. Primeiramente, quero dizer que estou muito feliz de estar neste espaço. Acho que é superimportante estarmos realizando este debate. Eu sou o Diogo. Eu faço parte do movimento de juventude Juntos! e também faço mestrado em sociologia na Unicamp.

Para começar a minha fala, eu acho que o PL “SP é Solo Preto e Indígena” faz parte, um pouco, de um acúmulo e, também, de uma responsabilidade civilizacional com os povos negros e os povos indígenas. Acho que vimos que o mundo e o capitalismo, como um todo, se debruçaram sobre isso. As nações se debruçaram sobre isso, a partir do que foi o trabalho escravo negro e indígena, vendo que isso foi fruto de um processo de extrema violência e vendo a riqueza dessas nações a partir do que significou a escravidão, como um todo.

Mesmo após o que significou a abolição da escravatura, a verdade é que não conseguimos romper com esse processo de violência. Acho que, nos últimos períodos, a partir de uma intensa mobilização do que significaram os movimentos sociais – em especial, o movimento negro, que tem uma trajetória centenária no Brasil, e o movimento indígena –, nós temos avançado em termos de tentar corrigir parte dessas desigualdades sociais e isso se expressou muito no que foi a política de cotas, mas isso por si só não basta para conseguirmos

romper com uma cidade racista, romper com uma sociedade que ainda segue tendo como estrutura das relações raciais, o racismo como um todo.

Eu acho que o PL “SP é Solo Preto e Indígena” vem justamente para conseguirmos avançar em termos do que significou esse processo de desigualdade. Isso, inclusive, é um debate muito presente nas universidades. Graduei-me na USP e a USP, sabemos que é uma das universidades que foi formada para ser, enfim, um espaço de formação da elite brasileira, que é uma elite branca e lá podemos ver uma série de estátuas que fazem alusão a higienistas, a racistas e nesses espaços acredito que o principal significado, porque existe uma importância da remoção dessas estátuas, é de que a história não se faz. Quando falamos de memória, não estamos falando só de passado, mas estamos falando também de presente, porque essas estátuas também ressignificam, elas estão expressando um passado de violência que se faz no presente, para dizer que nesses espaços eles não homenageiam negros, indígenas, pessoas que foram exploradas, excluídas da história, por isso é importante essa remoção. Isso, também, é uma violência, uma violência simbólica que tem de ser considerada - como colocou, o próprio Tiago, ninguém gostaria de ter uma estátua do Hitler na Alemanha ou em qualquer outro local, por conta do que significa aquela violência.

Acho que debater esse tema também é convocar um pouco dos mesmos marcos do que significou esse processo de violência para populações negras, populações indígenas e essa necessidade de conseguirmos superar e também dar uma resposta, hoje, aos desafios que a sociedade, como um todo, nos coloca que vem debatendo, não só localmente no Brasil, mas de forma internacional, a necessidade de conseguirmos avançar e superar o racismo.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Muito obrigada, Diogo.

Gostaria de colocar aqui, de forma muito nítida, para quem está nos assistindo no YouTube ou através de outras redes, que removemos uma pessoa da nossa audiência, que estava *on-line*, porque falta de respeito não admitimos. Podemos permitir ideias divergentes, defendemos a democracia, mas se colocar em uma postura fingindo que está dormindo no meio de uma audiência, com muitas lideranças negras e indígenas, fazendo um debate de

racista é um nível de falta de respeito que não admitimos. Vamos seguir em frente. Não temos medo de racista. Não temos medo de quem tenta travar um debate justo sobre a justiça racial e memória em São Paulo. Claro, é um debate que temos de fazer com muita profundidade, muitas pessoas têm opiniões divergentes e isso é muito bem-vindo, mas falta de respeito não admitimos.

Continuando a audiência, passo a palavra à Sra. Ana Laura.

A SRA. ANA LAURA - Boa noite a todos. Quero saudar o dia de hoje, Dia dos Erês, Dia de Cosme Damião. Para quem não me conhece, componho o mandato da Vereadora Luana Alves. Estou muito contente e feliz por esse espaço, pelas pessoas que estiveram aqui, nossos convidados, às pessoas que estão comprometidas de fato por uma política antirracista na cidade de São Paulo e o quanto é importante termos pessoas parlamentares, vereadoras, vereadores comprometidos com essa política.

Os movimentos que estão, hoje, se organizando para poder pautar sobre a questão da memória da cidade, sobre a questão da história, do patrimônio, sobre as nossas vidas, são pessoas que estão comprometidas com o debater quais são os valores que nós iremos continuar a defender nos próximos anos. Como já foi debatido, muitos exemplos já foram dados, o que está sendo colocado em pauta são os valores que vamos continuar perpetuando na cidade de São Paulo: se serão os valores dos escravocratas, daqueles que nos mataram, daqueles que nos roubaram ou serão os valores daqueles que mantiveram a resistência, a resistência política, a resistência hoje no fortalecimento dos corpos negros e indígenas, dos corpos dos imigrantes, dos corpos daqueles que sofreram por muitos anos. Isso que vem sendo colocado e o debate vem sendo colocado a partir disso.

E é muito importante falar que nós pensamos e ajudamos a organizar esses espaços públicos, as audiências públicas e até mesmo as ações que tivemos nos últimos períodos, como o 13 de maio, que foi muito importante, e agora está se aproximando o próximo ato: o do dia 20 de novembro. É muito importante nossa organização para conseguir aprovar tanto o projeto de lei da Vereadora Luana Alves, quanto seguir fazendo esse debate nos

lugares e seguir avançando com ele também, porque não é só sobre questão de patrimônio, sobre a questão da história, mas também a questão de falarmos sobre os territórios, sobre as civilizações, sobre a importância de se colocar nesse espaço, a importância de termos uma audiência como essa, onde várias figuras e lideranças negras vieram fazer suas contribuições. Gostaria de valorizar muito isso, valorizar os institutos presentes, valorizar as organizações e os movimentos sociais.

Por fim, quero dizer que temos uma batalha muito grande para enfrentar no próximo período, uma batalha contra um governo genocida, que também é representante desses valores. O Governo Bolsonaro também representa esses valores, também é descendente desses valores escravocratas, higienistas, nazistas e precisamos combatê-los até o último.

Gostaria aqui de fazer essa saudação.

Muito obrigada a todos pela presença. Muito obrigada nobre Vereadora Luana Alves, Vereador Suplicy. Estamos juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Muito obrigada, Ana Laura.

Gostaria de agradecer a presença de todos que estiveram presentes. Esse é um processo, que não começou ontem, sei que vai demorar muito, mas seguimos caminhando. Seguimos caminhando porque falar sobre memória é reivindicar não só os que vieram antes de nós, os escravizados, escravizadas, povos indígenas que construíram esse chão, construíram esse território que não são homenageados, pelo contrário, tem como homenagem os processos de violência que nós sofremos. Ia falar que esse processo é antigo, mas segue em frente.

Esta audiência foi um passo muito importante para isso e estamos com a intenção, repito, de ver esse projeto aprovado. Não queremos só apresentar esse projeto. Estamos em uma batalha para que ele seja aprovado e sancionado pelo Sr. Prefeito. Sabemos que esse é interesse de todos, todos os que se dizem antirracistas e que tem interesse nesse projeto. Não só dos povos negros e indígenas, não é só nosso esse interesse, é um interesse de todos os que têm algum tipo de defesa de uma cidade menos racista, de uma cidade que de fato

homenageie os povos que a construíram.

Muito obrigada, obrigada pela presença. Seguimos em frente. Um grande abraço. Força nós. Feliz dia dos Erês para todos e que todos os Erês possam trazer leveza e tranquilidade para todos neste dia e nos próximos que virão.

Muito obrigada. Estão encerrados nossos trabalhos.
